

DIÁRIO DA REPÚBLICA

ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA

Preço deste número - Kz: 280,00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncio e assinaturas do «Diário da República», deve ser dirigida à Imprensa Nacional - E.P., em Luanda, Rua Henrique de Carvalho n.º 2, Cidade Alta, Caixa Postal 1306, www.impresnanacional.gov.ao - End. teleg.: «Imprensa».

ASSINATURA		Ano
As três séries	Kz: 470 615,00
A 1.ª série	Kz: 277 900,00
A 2.ª série	Kz: 145 500,00
A 3.ª série	Kz: 115 470,00

O preço de cada linha publicada nos Diários da República 1.ª e 2.ª série é de Kz: 75,00 e para a 3.ª série Kz: 95,00, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a publicação da 3.ª série de depósito prévio a efectuar na tesouraria da Imprensa Nacional - E. P.

IMPRESA NACIONAL - E. P.

Rua Henrique de Carvalho n.º 2

e-mail: impresnanacional@impresnanacional.gov.ao

Caixa Postal N.º 1306

CIRCULAR

Excelentíssimos Senhores,

Temos a honra de convidá-los a visitar a página da internet no site www.impresnanacional.gov.ao, onde poderá online ter acesso, entre outras informações, aos sumários dos conteúdos do *Diário da República* nas três Séries.

Havendo necessidade de se evitarem os inconvenientes que resultam para os nossos serviços do facto de as respectivas assinaturas no *Diário da República* não serem feitas com a devida oportunidade;

Para que não haja interrupção no fornecimento do *Diário da República* aos estimados clientes, temos a honra de informá-los que até 15 de Dezembro de 2014 estarão abertas as respectivas assinaturas para o ano 2015, pelo que deverão providenciar a regularização dos seus pagamentos junto dos nossos serviços.

1. Enquanto não for ajustada a nova tabela de preços a cobrar pelas assinaturas para o fornecimento do *Diário da República* para o ano de 2015, passam, a título provisório, a ser cobrados os preços em vigor, acrescidos do Imposto de Consumo de 2% (dois por cento):

As 3 séries	Kz: 470 615,00
1.ª série	Kz: 277 900,00
2.ª série	Kz: 145 500,00
3.ª série	Kz: 115 470,00

2. Tão logo seja publicado o preço definitivo os assinantes terão o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para liquidar a diferença apurada, visando assegurar a continuidade do fornecimento durante o período em referência.

3. As assinaturas serão feitas apenas em regime anual.

4. Aos preços mencionados no n.º 1 acrescer-se-á um valor adicional para portes de correio por via normal das três séries, para todo o ano, no valor de Kz: 95.975,00 que poderá sofrer eventuais alterações em função da flutuação das taxas a praticar pela Empresa Nacional de Correios de Angola - E.P. no ano de 2015.

5. Os clientes que optarem pela recepção dos *Diários da República* através do correio deverão indicar o seu endereço completo, incluindo a Caixa Postal, a fim de se evitarem atrasos na sua entrega, devolução ou extravio.

Observações:

- Estes preços poderão ser alterados se houver uma desvalorização da moeda nacional, numa proporção superior à base que determinou o seu cálculo ou outros factores que afectem consideravelmente a nossa estrutura de custos;
- As assinaturas que forem feitas depois de 15 de Dezembro de 2014 sofrerão um acréscimo aos preços em vigor de uma taxa correspondente a 15%.

SUMÁRIO

Ministério das Finanças

Despacho n.º 4005/14:

Nomeia a Comissão de Avaliação do Concurso Limitado sem Apresentação de Candidaturas, com vista à celebração de Contrato de Empreitada de Construção das Fundações e Estruturas em Betão Armado, correspondente a primeira fase, do Novo Edifício Sede deste Ministério, na Cidade de Luanda, Província de Luanda.

Ministério da Agricultura

Despacho n.º 4006/14:

Desvincula Laurindo Cassima, Auxiliar Administrativo de 1.ª Classe, do Instituto de Investigação Veterinária, para efeitos de reforma.

Despacho n.º 4007/14:

Desvincula Elias Jacob Santos da Costa, 3.º Oficial Administrativo, do Instituto de Investigação Veterinária, para efeitos de reforma.

Despacho n.º 4008/14:
Desvincula Pedro Kaquarta, Encarregado Qualificado, do Instituto de Investigação Veterinária, para efeitos de reforma.

Despacho n.º 4009/14:
Desvincula João Pedro, Operário não Qualificado de 1.ª Classe, do Instituto de Desenvolvimento Florestal, para efeitos de reforma.

Despacho n.º 4010/14:
Desvincula Domingos Galangui, Encarregado Qualificado, do Instituto de Investigação Veterinária, para efeitos de reforma.

Despacho n.º 4011/14:
Desvincula António Rua, Auxiliar Administrativo de 2.ª Classe, do Instituto de Desenvolvimento Florestal, para efeitos de reforma.

Despacho n.º 4012/14:
Desvincula António Chicomo, 3.º Oficial Administrativo, do Instituto de Investigação Veterinária, para efeitos de reforma.

Despacho n.º 4013/14:
Desvincula José Casimiro Torres, Chefe de Secção, do Instituto de Desenvolvimento Florestal, para efeitos de reforma.

Despacho n.º 4014/14:
Desvincula Rufina Kinda, Técnica Média de 1.ª Classe, do Instituto de Investigação Veterinária, para efeitos de reforma.

Despacho n.º 4015/14:
Desvincula Joaquim Massinda, Encarregado Qualificado, do Instituto de Investigação Veterinária, para efeitos de reforma.

Despacho n.º 4016/14:
Desvincula Alfredo José Jeremias, Escriturário-Dactilógrafo, do Instituto de Desenvolvimento Florestal, para efeitos de reforma.

Despacho n.º 4017/14:
Desvincula Francelina Samuel Boca, Operária não Qualificada de 1.ª Classe, do Instituto Nacional do Café, para efeitos de reforma.

Despacho n.º 4018/14:
Promove Domingos Manuel João, Escriturário-Dactilógrafo, para a categoria de Segundo Oficial Administrativo.

Despacho n.º 4019/14:
Nomeia Tomás Pedro Cactano, Engenheiro Florestal, para o cargo de Director Geral do Instituto de Desenvolvimento Florestal.

Despacho n.º 4020/14:
Nomeia Rodrigues Nanga, Engenheiro Florestal, para o cargo de Chefe de Departamento de Apoio ao Director Geral do Instituto de Desenvolvimento Florestal.

Despacho n.º 4021/14:
Nomeia Helder de Sousa Baptista Monteiro para o cargo de Director Geral-Adjunto para a Área Administrativa do Instituto de Desenvolvimento Florestal.

Despacho n.º 4022/14:
Nomeia Tomás Canjamba Tiago, Técnico Médio de 3.ª Classe, para o cargo de Chefe de Secção de Serviços Técnicos do Departamento Provincial do Instituto Nacional dos Cereais no Huambo.

Despacho n.º 4023/14:
Nomeia Manuel Enoc, Assessor Principal, para o cargo de Director Geral-Adjunto para a Área Técnica do Instituto de Desenvolvimento Florestal.

Despacho n.º 4024/14:
Nomeia Kisangi Wakisangi Afonso para o cargo de Chefe de Departamento de Administração e Serviços Gerais do Instituto de Desenvolvimento Florestal.

Despacho n.º 4025/14:
Nomeia Celso do Nascimento Fernandes para o cargo de Chefe de Departamento de Gestão de Recursos Humanos e Tecnologias de Informação do Instituto de Desenvolvimento Florestal.

Despacho n.º 4026/14:
Nomeia Elizabete Florisbela Filipe de Almeida para o cargo de Chefe de Departamento de Fomento Florestal do Instituto de Desenvolvimento Florestal.

Despacho n.º 4027/14:
Nomeia Artésio da Rosa Sebastião Pegado para o cargo de Chefe de Departamento Provincial de Desenvolvimento Florestal do Uíge.

Ministério dos Petróleos

Despacho n.º 4028/14:

Exonera Artur Álvaro Pimenta do cargo de Consultor do Ministro para Área das Tecnologias de Informação e Comunicação.

Despacho n.º 4029/14:

Nomeia Artur Álvaro Pimenta para o cargo de Consultor do Ministro para Assuntos Técnicos prévia e formalmente orientados pelo Ministro.

Ministério da Ciência e Tecnologia

Edital n.º 8/14:

Publica o Edital sobre a apresentação de candidaturas a Projectos de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico no âmbito do Plano Anual de Ciência, Tecnologia e Inovação 2014 — (PLANCTI 2014).

Governo Provincial de Luanda

Despacho n.º 4030/14:

Desvincula Paulino Miranda de Sousa, Professor do Ensino Primário Auxiliar do 1.º Escalão, da Direcção Provincial da Educação, para efeitos de reforma.

Despacho n.º 4031/14:

Coloca Maria Goreth Bueti, Professora do II Ciclo do Ensino Secundário Diplomada do 7.º Escalão, no quadro de pessoal da Direcção Provincial da Educação.

Despacho n.º 4032/14:

Nomeia Josefina Maria Carmen Luís para o cargo de Subdirectora Pedagógica da Escola do II Ciclo do Ensino Secundário n.º 2035, ex-6052, no Município de Belas.

Instituto Nacional de Estatística

Despacho n.º 4033/14:

Nomeia Pio José Altino Lucas para o cargo de Chefe da Divisão de Recenseamentos e Inquéritos do Departamento de Censos e Inquéritos Especiais deste Instituto.

ANIP — Agência Nacional para o Investimento Privado

Resolução n.º 92/14:

Aprova o Contrato de Investimento da Proposta denominada «KALÇABEM — Comércio de Calçado, Limitada», no valor global de USD 1.000.000,00 no Regime Contratual.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Despacho n.º 4005/14
de 28 de Outubro

Considerando que através do Despacho Presidencial n.º 180/14, de 12 de Setembro, foi determinada a realização do procedimento para a formação do contrato de empreitada de construção das fundações e estruturas em betão armado correspondente a primeira fase do novo Edifício Sede do Ministério das Finanças, adoptando o concurso limitado sem apresentação de candidaturas; tendo-se cumprido a obrigatoriedade da formalização da decisão de contratar, prevista no artigo 31.º da Lei n.º 20/10, de 7 de Setembro, Lei da Contratação Pública;

Considerando, ainda, que nos termos do disposto no artigo 41.º da referida Lei, a condução dos procedimentos de contratação deve ser realizada por uma comissão de avaliação, pelo que se torna imperativa a sua constituição;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com as disposições combinadas dos n.os 1 e 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, e da alínea d) do n.º 1 do artigo 3.º do Estatuto Orgânico do Ministério das Finanças, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 235/12, de 4 de Dezembro, determino:

1. É nomeada a Comissão de Avaliação do Concurso Limitado sem Apresentação de Candidaturas n.º 10/ MINFIN/2014, com vista à celebração de Contrato de Empreitada de Construção das Fundações e Estruturas em Betão Armado, correspondente a primeira fase, do Novo Edifício Sede do Ministério das Finanças, na Cidade de Luanda, Província de Luanda, sendo integrada pelos seguintes membros:

- a) Américo Miguel da Costa, Secretário Geral do Ministério das Finanças, na qualidade de presidente e coordenador;
- b) Maria Fernanda Pereira, Técnica da Secretária Geral, na qualidade de membro efectiva;
- c) Hermenegildo Xavier Luís, Técnico da Direcção Nacional do Património do Estado, na qualidade de membro efectivo;
- d) José Cláudio da Silva Kimbamba, Chefe do Departamento Técnico-Jurídico do Gabinete Jurídico, na qualidade de membro suplente; e
- e) Emília das Dores Silva Manuel, Técnica da Direcção Nacional do Património do Estado, na qualidade de membro suplente.

2. A Comissão ora criada tem as seguintes atribuições:

- i) Receber as candidaturas;
- ii) Apreciar as candidaturas e as propostas a elas associadas;
- iii) Elaborar os relatórios de análise das candidaturas e propostas apresentadas;
- iv) Conduzir o concurso e os vários actos inerentes;
- v) Elaborar as várias propostas de decisão de admissão e de adjudicação das propostas, a submeter ao Gabinete do Ministro das Finanças;
- vi) Verificar a validade e legalidade de todos os actos praticados no âmbito do concurso.

3. A Comissão ora criada extinguir-se-á com a apresentação do relatório final e adjudicação.

4. As dúvidas e omissões resultantes da aplicação e interpretação do presente Despacho são resolvidas pelo Ministro das Finanças.

5. Este Despacho entra imediatamente em vigor.
Publique-se.

Luanda, aos 22 de Outubro de 2014.

O Ministro, *Armando Manuel*.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Despacho n.º 4006/14
de 28 de Outubro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, combinado com a alínea d) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 100/14, de 9 de Maio, que aprova o Estatuto Orgânico do Ministério da Agricultura, determino:

1. É o funcionário Laurindo Cassima, Auxiliar Administrativo de 1.ª Classe, desvinculado do quadro de pessoal do Instituto de Investigação Veterinária, para efeitos de reforma, por reunir as condições necessárias exigidas por lei.

2. O presente Despacho entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 24 de Setembro de 2014.

O Ministro, *Afonso Pedro Canga*.

Despacho n.º 4007/14
de 28 de Outubro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, combinado com a alínea d) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 100/14, de 9 de Maio, que aprova o Estatuto Orgânico do Ministério da Agricultura, determino:

1. É o funcionário Elias Jacob Santos da Costa, 3.º Oficial Administrativo, desvinculado do quadro de pessoal do Instituto de Investigação Veterinária, para efeitos de reforma, por reunir as condições necessárias exigidas por lei.

2. O presente Despacho entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 24 de Setembro de 2014.

O Ministro, *Afonso Pedro Canga*.

Despacho n.º 4008/14
de 28 de Outubro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, combinado com a alínea d) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 100/14, de 9 de Maio, que aprova o Estatuto Orgânico do Ministério da Agricultura, determino:

1. É o funcionário Pedro Kaquarta, Encarregado Qualificado, desvinculado do quadro de pessoal do Instituto de Investigação Veterinária, para efeitos de reforma, por reunir as condições necessárias exigidas por lei.

2. O presente Despacho entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 24 de Setembro de 2014.

O Ministro, *Afonso Pedro Canga*.

Despacho n.º 4009/14
de 28 de Outubro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, combinado com a alínea k) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 100/14, de 9 de Maio, que aprova o Estatuto Orgânico do Ministério da Agricultura, determino:

1. É o funcionário João Pedro, Operário não Qualificado de 1.ª Classe, desvinculado do quadro de pessoal do Instituto de Desenvolvimento Florestal, para efeitos de reforma, por reunir as condições necessárias exigidas por lei.

2. O presente Despacho entra em vigor a data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 24 de Setembro de 2014.

O Ministro, *Afonso Pedro Canga*.

Despacho n.º 4010/14
de 28 de Outubro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, combinado com a alínea d) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 100/14, de 9 de Maio, que aprova o Estatuto Orgânico do Ministério da Agricultura, determino:

1. É o funcionário Domingos Galangui, Encarregado Qualificado, desvinculado do quadro de pessoal do Instituto de Investigação Veterinária, para efeitos de reforma, por reunir as condições necessárias exigidas por lei.

2. O presente Despacho entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 24 de Setembro de 2014.

O Ministro, *Afonso Pedro Canga*.

Despacho n.º 4011/14
de 28 de Outubro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, combinado com a alínea k) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 100/14, de 9 de Maio, que aprova o Estatuto Orgânico do Ministério da Agricultura, determino:

1. É o funcionário António Rua, Auxiliar Administrativo de 2.ª Classe, desvinculado do quadro de pessoal do Instituto de Desenvolvimento Florestal, para efeitos de reforma, por reunir as condições necessárias exigidas por lei.

2. O presente Despacho entra em vigor a data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 24 de Setembro de 2014.

O Ministro, *Afonso Pedro Canga*.

Despacho n.º 4012/14
de 28 de Outubro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, combinado com a alínea d) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 100/14, de 9 de Maio, que aprova o Estatuto Orgânico do Ministério da Agricultura, determino:

1. É o funcionário António Chicomo, 3.º Oficial Administrativo, desvinculado do quadro de pessoal do Instituto de Investigação Veterinária, para efeitos de reforma, por reunir as condições necessárias exigidas por lei.

2. O presente Despacho entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 24 de Setembro de 2014.

O Ministro, *Afonso Pedro Canga*.

Despacho n.º 4013/14
de 28 de Outubro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro combinado com a alínea k) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 100/14, de 9 de Maio, que aprova o Estatuto Orgânico do Ministério da Agricultura, determino:

1. É o funcionário José Casimiro Torres, Chefe de Secção, desvinculado do quadro de pessoal do Instituto de Desenvolvimento Florestal, para efeitos de reforma, por reunir as condições necessárias exigidas por lei.

2. O presente Despacho entra em vigor a data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 24 de Setembro de 2014.

O Ministro, *Afonso Pedro Canga*.

Despacho n.º 4014/14
de 28 de Outubro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, combinado com a alínea d) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 100/14, de 9 de Maio, que aprova o Estatuto Orgânico do Ministério da Agricultura, determino:

1. É a funcionária Rufina Kinda, Técnica Média de 1.ª Classe, desvinculada do quadro de pessoal do Instituto de Investigação Veterinária, para efeitos de reforma, por reunir as condições necessárias exigidas por lei.

2. O presente Despacho entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 24 de Setembro de 2014.

O Ministro, *Afonso Pedro Canga*.

Despacho n.º 4015/14
de 28 de Outubro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, combinado com a alínea d) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 100/14, de 9 de Maio, que aprova o Estatuto Orgânico do Ministério da Agricultura, determino:

1. É o funcionário Joaquim Massinda, Encarregado Qualificado, desvinculado do quadro de pessoal do Instituto de Investigação Veterinária, para efeitos de reforma, por reunir as condições necessárias exigidas por lei.

2. O presente Despacho entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 24 de Setembro de 2014.

O Ministro, *Afonso Pedro Canga*.

Despacho n.º 4016/14
de 28 de Outubro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, combinado com a alínea d) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 100/14, de 9 de Maio, que aprova o Estatuto Orgânico do Ministério da Agricultura, determino:

1. É o funcionário Alfredo José Jeremias, Escriturário-Dactilógrafo, desvinculado do quadro de pessoal do Instituto de Desenvolvimento Florestal, para efeitos de reforma, por reunir as condições necessárias exigidas por lei.

2. O presente Despacho entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 24 de Setembro de 2014.

O Ministro, *Afonso Pedro Canga*.

Despacho n.º 4017/14
de 28 de Outubro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, combinado com a alínea d) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 100/14, de 9 de Maio, determino:

1. É a funcionária Francelina Samuel Boca, Operária não Qualificada de 1.ª Classe, desvinculada do quadro de pessoal do Instituto Nacional do Café, para efeitos de reforma, por reunir as condições necessárias exigidas por lei.

2. O presente Despacho entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 24 de Setembro de 2014.

O Ministro, *Afonso Pedro Canga*.

Despacho n.º 4018/14
de 28 de Outubro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, combinado com a alínea k) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 100/14, de 9 de Maio, que aprova o Estatuto Orgânico do Ministério da Agricultura, determino:

É Domingos Manuel João, Escriturário-Dactilógrafo, promovido a categoria de Segundo Oficial Administrativo, nos termos do Decreto-Lei n.º 12/94 de 1 de Julho.

Publique-se.

Luanda, aos 24 de Setembro de 2014.

O Ministro, *Afonso Pedro Canga*.

Despacho n.º 4019/14
de 28 de Outubro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, combinado com a alínea g) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 100/14, de 9 de Maio, que aprova o Estatuto Orgânico do Ministério da Agricultura, determino:

É Tomás Pedro Caetano, Engenheiro Florestal, nomeado para, em comissão ordinária de serviço, exercer o cargo de Director Geral do Instituto de Desenvolvimento Florestal.

Publique-se.

Luanda, aos 24 de Setembro de 2014.

O Ministro, *Afonso Pedro Canga*.

Despacho n.º 4020/14
de 28 de Outubro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, combinado com a alínea g) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 100/14, de 9 de Maio, que aprova o Estatuto Orgânico do Ministério da Agricultura, determino:

É Rodrigues Nanga, Engenheiro Florestal, nomeado para, em comissão ordinária de serviço, exercer o cargo de Chefe de Departamento de Apoio ao Director Geral do Instituto de Desenvolvimento Florestal.

Publique-se.

Luanda, aos 24 de Setembro de 2014.

O Ministro, *Afonso Pedro Canga*.

Despacho n.º 4021/14
de 28 de Outubro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, combinado com a alínea g) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 100/14, de 9 de Maio, que aprova o Estatuto Orgânico do Ministério da Agricultura, determino:

É Helder de Sousa Baptista Monteiro, nomeado para, em comissão ordinária de serviço, exercer o cargo de Director Geral-Adjunto para a Área Administrativa do Instituto de Desenvolvimento Florestal.

Publique-se.

Luanda, aos 24 de Setembro de 2014.

O Ministro, *Afonso Pedro Canga*.

Despacho n.º 4022/14
de 28 de Outubro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, combinado com a alínea g) do artigo 4.º do Decreto Presidencial n.º 228/12, de 3 de Dezembro, determino:

É Tomás Canjamba Tiago, Técnico Médio de 3.ª Classe, nomeado para, em comissão ordinária de serviço, exercer o cargo de Chefe de Secção de Serviços Técnicos do Departamento Provincial do Instituto Nacional dos Cereais no Huambo.

Publique-se.

Luanda, aos 24 de Setembro de 2014.

O Ministro, *Afonso Pedro Canga*.

Despacho n.º 4023/14
de 28 de Outubro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, combinado com a alínea g) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 100/14, de 9 de Maio, que aprova o Estatuto Orgânico do Ministério da Agricultura, determino:

É Manuel Enoc, Assessor Principal, nomeado para, em comissão ordinária de serviço, exercer o cargo de Director Geral-Adjunto para a Área Técnica do Instituto de Desenvolvimento Florestal.

Publique-se.

Luanda, aos 28 de Outubro de 2014.

O Ministro, *Afonso Pedro Canga*.

Despacho n.º 4024/14
de 28 de Outubro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, combinado com a alínea g) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 100/14, de 9 de Maio, que aprova o Estatuto Orgânico do Ministério da Agricultura, determino:

É Kisangi Wakisangi Afonso, Licenciado em Contabilidade e Finanças, nomeado para, em comissão ordinária de serviço, exercer o cargo de Chefe de Departamento de Administração e Serviços Gerais do Instituto de Desenvolvimento Florestal.

Publique-se.

Luanda, aos 24 de Setembro de 2014.

O Ministro, *Afonso Pedro Canga*.

Despacho n.º 4025/14
de 28 de Outubro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, combinado com a alínea g) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 100/14 de 9 de Maio, que aprova o Estatuto Orgânico do Ministério da Agricultura, determino:

É Celso do Nascimento Fernandes, Jurista, nomeado para, em comissão ordinária de serviço, exercer o cargo de Chefe de Departamento de Gestão de Recursos Humanos e Tecnologias de Informação do Instituto de Desenvolvimento Florestal.

Publique-se.

Luanda, aos 24 de Setembro de 2014.

O Ministro, *Afonso Pedro Canga*.

Despacho n.º 4026/14
de 28 de Outubro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, combinado com a alínea g) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 100/14, de 9 de Maio, que aprova o Estatuto Orgânico do Ministério da Agricultura, determino:

É Elizabete Florisbela Filipe de Almeida, Engenheira Florestal, nomeada para, em comissão ordinária de serviço, exercer o cargo de Chefe de Departamento de Fomento Florestal do Instituto de Desenvolvimento Florestal.

Publique-se.

Luanda, aos 24 de Setembro de 2014.

O Ministro, *Afonso Pedro Canga*.

Despacho n.º 4027/14
de 28 de Outubro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, combinado com a alínea g) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 100/14, de 9 de Maio, que aprova o Estatuto Orgânico do Ministério da Agricultura, determino:

É Artésio da Rosa Sebastião Pegado, Engenheiro Agrónomo, nomeado para, em comissão ordinária de serviço, exercer o cargo de Chefe de Departamento Provincial de Desenvolvimento Florestal do Uíge.

Publique-se.

Luanda, aos 24 de Setembro de 2014.

O Ministro, *Afonso Pedro Canga*.

MINISTÉRIO DOS PETRÓLEOS

Despacho n.º 4028/14
de 28 de Outubro

Por conveniência de serviço;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 7.º do Decreto n.º 26/97, de 4 de Abril, determino:

É Artur Álvaro Pimenta exonerado do cargo de Consultor do Ministro dos Petróleos, para área das Tecnologias de Informação e Comunicação, para o qual havia sido nomeado por Despacho n.º 193/11, de 16 de Março.

Publique-se.

Luanda, aos 13 de Outubro de 2014.

O Ministro, *José Maria Botelho de Vasconcelos*.

Despacho n.º 4029/14
de 28 de Outubro

Por conveniência de serviço;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 7.º do Decreto n.º 26/97, de 4 de Abril, que estabelece a composição e o regime jurídico do pessoal dos Gabinetes dos Membros de Governo, determino:

É Artur Álvaro Pimenta nomeado, para em comissão de serviço, exercer a função de Consultor do Ministro dos Petróleos, para Assuntos Técnicos, prévia e formalmente orientados pelo Ministro.

Publique-se.

Luanda, aos 13 de Outubro de 2014.

O Ministro, *José Maria Botelho de Vasconcelos*.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Edital n.º 8/14
de 28 de Outubro

Apresentação de Candidaturas a Projectos de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico no âmbito do Plano Anual de Ciência, Tecnologia e Inovação 2014 — (PLANCTI 2014).

Introdução

O Ministério da Ciência e Tecnologia torna público o presente edital que visa a preparação de candidatura a projectos de investigação científica e de desenvolvimento tecnológico, para o financiamento pelo Executivo, através do OGE 2015, no âmbito do Plano Anual de Ciência, Tecnologia e Inovação para o ano de 2014, denominado, abreviadamente, PLANCTI 2014. O PLANCTI define-se como um conjunto de programas e projectos, que visam a materialização, a curto prazo (anual), da Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI), cumprindo com a visão e a missão definidas na Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (PNCTI), contribuindo assim para uma resposta eficiente aos principais problemas identificados nos diferentes sectores da vida socioeconómica e ambiental do País e determinar/quantificar o Investimento do Estado em Ciência, Tecnologia e Inovação para o período de 2014.

Objectivos

Apoiar projectos de investigação científica e desenvolvimento tecnológico que produzam novo conhecimento, novos processos ou produtos.

Áreas Científicas

Será dada prioridade às propostas de projecto que visam contribuir de forma significativa para o Programa Nacional de Desenvolvimento 2013-2017 e cuja temática se enquadre nas áreas de incidência definidas na Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (DP n.º 201/II, de 20 de Julho), ou seja:

Educação, Cultura e Formação Profissional;
Ensino Superior;
Agricultura e Pescas;
Telecomunicações e Tecnologias de Informação;
Indústria, Petróleo, Gás e Recursos Minerais;
Saúde;
Recursos Hídricos;
Energia;
Ambiente.

Duração do Projecto

A duração máxima de cada projecto é de 3 anos, sendo o financiamento feito anualmente dependendo do resultado da avaliação periódica.

Limite Financeiro

O limite máximo de financiamento por projecto será determinado de acordo com a regras estabelecidas pelo Ministério das Finanças e pelo Ministério do Planeamento e Desenvolvimento Territorial.

Candidaturas

Pode candidatar-se qualquer entidade pública ou privada (candidato), actor do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI), tais como Instituições de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico, Instituições de Ensino e Investigação Científica, e Investigadores singulares, nacionais ou estrangeiros, de acordo com a Lei vigente;

Não existe um limite numérico de propostas de projecto para cada candidato;

A elaboração da proposta de projecto pressupõe o preenchimento, pelo Coordenador do Projecto, da «Ficha de Candidatura para Submissão de Projectos de Investigação Científica/ Desenvolvimento Tecnológico».

Após elaboração da proposta de projecto e preenchimento da ficha de submissão de projectos, o proponente deverá submetê-la a um Conselho Científico aprovado pelo MINCT. Caso contrário, a mesma será avaliada pelo Conselho Científico do Centro Nacional de Investigação Científica (CNIC).

O candidato deverá submeter o processo (ficha de submissão + projecto completo), em formato físico e digital, ao MINCT, através do Gabinete do Secretário de Estado da Ciência e Tecnologia, sito na Avenida Lenine, 106-108, Luanda, ou através do portal www.ciencia.ao.

Prazos

As candidaturas deverão ser apresentadas a partir da data de publicação do presente Edital e até 23 de Maio de 2014.

Avaliação e Selecção

As propostas de projectos deverão ser avaliadas por um Conselho Científico da Instituição de Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação ou do Departamento Ministerial que tutela a ciência e tecnologia e seleccionadas de acordo com a pertinência e inserção no Programa Nacional de Desenvolvimento 2013-2017.

Outras Informações

Outras informações poderão ser obtidas a partir do Guia para Submissão de Propostas de Projectos no Âmbito do Plano Anual de Ciência, Tecnologia e Inovação (PLANCTI) acessível em www.ciencia.ao.

Luanda, aos 22 de Abril de 2014. — O coordenador do PLANCTI, *ilegível*.

GOVERNO PROVINCIAL DE LUANDA**Despacho n.º 4030/14**
de 28 de Outubro

Por conveniência de serviço;

Considerando as atribuições e competências próprias do Governador Provincial de Luanda, de nomear, exonerar e conferir posse aos titulares de cargos de Direcção e Chefia, e aos funcionários do quadro do Governo Provincial de Luanda.

Considerando o disposto no n.º 1 do artigo 32.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, que fixa o Regime de Constituição, Modificação e Extinção de Relação Jurídica de Emprego na Administração Pública.

O Governador da Província de Luanda, nos termos da alínea b) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho, conjugado com n.º 2 do artigo 9.º do Estatuto Orgânico do Governo Provincial de Luanda, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 276/11, de 31 de Outubro, determina o seguinte:

1. Paulino Miranda de Sousa, com a categoria de Professor do Ensino Primário Auxiliar do 1.º Escalão, Agente n.º 10386673, desvinculado por reforma, da Direcção Provincial da Educação.

2. Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Luanda, aos 2 de Setembro de 2014. — O Governador, *Bento Joaquim Sebastião Francisco Bento*.

Despacho n.º 4031/14
de 28 de Outubro

Considerando a pretensão da funcionária espelhada no Ofício n.º 2673, do MAT, e havendo a necessidade de se proceder à colocação da mesma, ao abrigo do artigo 29.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho;

O Governador Provincial, nos termos do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho — Lei da Organização e do Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, conjugado com o n.º 2 do artigo 9.º do Decreto Presidencial n.º 276/11, de 31 de Outubro, que aprova o Estatuto Orgânico do Governo Provincial de Luanda, determina o seguinte:

1. É Maria Goreth Bueti, Professora do II Ciclo do Ensino Secundário, Diplomado do 7.º Escalão Agente n.º 10890199, proveniente de Benguela, colocada no quadro de pessoal da Direcção Provincial da Educação de Luanda.

2. Este Despacho entra imediatamente em vigor.
Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Luanda, aos 22 de Outubro de 2013. — O Governador, *Bento Joaquim Sebastião Francisco Bento*.

Despacho n.º 4032/14
de 28 de Outubro

Por conveniência de serviço;

O Governador Provincial, nos termos da alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10 de 29 de Julho — Lei da Organização e do Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, conjugado com o n.º 2 do artigo 9.º do Estatuto Orgânico do Governo Provincial, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 276/11, de 31 de Outubro, determina o seguinte:

1. É Josefina Maria Cármem Luis, Professora do II Ciclo do Ensino Secundário, Diplomado do 3.º Escalão, Agente n.º 01410846, nomeada para em comissão de serviço, exercer o cargo de Subdirectora Pedagógica da Escola do II Ciclo do Ensino Secundário n.º 2035, Ex-6052, com 1620 alunos, no Município de Belas.

2. Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Luanda, aos 22 de Outubro de 2013. — O Governador, *Bento Joaquim Sebastião Francisco Bento*.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA**Despacho n.º 4033/14**
de 28 de Outubro

Por conveniência de serviço público;

No uso das faculdades legais que me são conferidas pelas disposições combinadas da alínea b) do n.º 1 do Despacho n.º 256/GMP/05, de 16 de Setembro, do Ministério do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial e da alínea a) do n.º 1 do artigo 7.º do Decreto n.º 32/00 de 28 de Julho (Estatuto Orgânico do INE), determino:

1. É Pio José Altino Lucas, Técnico Superior de Estatística de 2.ª Classe, nomeado para, em comissão ordinária de serviço, exercer as funções de Chefe da Divisão de Recenseamentos e Inquéritos do Departamento de Censos e Inquéritos Especiais do Instituto Nacional de Estatística.

2. Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Luanda, aos 15 de Agosto de 2014.

O Director Geral, *Camilo Ceita*.

ANIP — AGÊNCIA NACIONAL PARA O INVESTIMENTO PRIVADO

Resolução n.º 92/14
de 28 de Outubro

Considerando que a «WSBC — World Shoes Business Corporation, S. A.», pessoa colectiva de direito português, com sede social em Lisboa, na Rua Latino Coelho, n.º 1, 6.º, Sala G5 — Edifício Hi Fly, entidade não residente cambial, Investidor Externo, apresentou ao abrigo do disposto no artigo 54.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio — (Lei do Investimento Privado) uma Proposta de investimento externo.

Considerando que no âmbito desta proposta, pretende-se adquirir uma participação social de 98% do capital social na sociedade denominada KALÇABEM — Comércio de Calçado, Limitada», cuja actividade principal é o comércio a grosso e a retalho de calçados e acessórios.

Considerando que, o Governo da República de Angola está empenhado em promover Projectos de Investimentos que visam a prossecução de objectivos económicos e sociais de interesse público, nomeadamente, diversificação da economia, prestação de serviços nos diversos sectores económicos, assim como a melhoria da qualidade de vida das populações, aumento de infra-estruturas industriais, o aumento do emprego, bem como o fomento do empresariado angolano.

Nos termos das disposições combinadas do n.º 1 do artigo 60.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio — (Lei do Investimento Privado), e do artigo 13.º do Estatuto Orgânico da ANIP (aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 113/11, de 2 de Junho), o Conselho de Administração da Agência Nacional para o Investimento Privado, emite a seguinte Resolução:

1.º — É aprovado o Contrato de Investimento da Proposta denominada «KALÇABEM — Comércio de Calçado, Limitada» no valor global de USD 1.000.000,00 (um milhão de dólares dos Estados Unidos da América), no Regime Contratual.

2.º — A presente Resolução entra em vigor na data da sua assinatura.

Vista e aprovada pelo Conselho de Administração da ANIP, em Luanda, aos 18 de Julho de 2014. — A Presidente do Conselho de Administração, *Maria Luísa Perdigão Abrantes*.

CONTRATO DE INVESTIMENTO PRIVADO KALÇABEM — COMÉRCIO DE CALÇADO, LIMITADA

Contrato de Investimento Privado

Entre:

O Estado da República de Angola, representada pela Agência Nacional para o Investimento Privado (ANIP), com sede social na Rua Cerqueira Lukoki, n.º 25, 9.º andar do Edifício do Ministério da Indústria, aqui representada por Maria Luísa Perdigão Abrantes, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração, com poderes legais e estatutários para o acto (doravante designados, respectivamente, por «Estado» e por «ANIP»);

E

WSBC — World Shoes Business Corporation, S.A., pessoa colectiva de direito português, com sede social em Lisboa, na Rua Latino Coelho, n.º 1, 6.º, Sala G5 — Edifício Hi Fly, entidade não residente cambial, Investidor Externo, representado por Diamantino Vieira dos Reis Silva, doravante designado Investidor.

O Estado Angolano e o Investidor, quando considerados conjuntamente, serão designados como Partes;

Considerando que:

1. O Investidor pretende, através da cessão de quotas, adquirir uma participação social de 98% do capital social da sociedade de direito angolano «KALÇABEM — Comércio de Calçado, Limitada», dado que o mesmo acumulou experiência no sector do comércio, na área de calçado, que consiste na comercialização a grosso e a retalho e acessórios;

2. O Investidor mediante análise detalhada do mercado angolano pondera posteriormente a possibilidade de montar uma indústria de calçado;

3. A «KALÇABEM — Comércio de Calçado, Limitada» será a sociedade executora ou veículo do projecto de Investimento consubstanciado na concepção, desenvolvimento de um empreendimento da actividade acima exposta;

4. O projecto «KALÇABEM — Comércio de Calçado, Limitada» vai contribuir para a criação de novos empregos, criação de valor acrescentado para a economia nacional, sendo um empreendimento que responde aos objectivos da política de investimento de Angola;

As Partes, animadas pelo propósito da concretização do Projecto de Investimento, acordam livremente e de boa-fé e no interesse recíproco de cada uma delas, pela celebração do presente contrato de Investimento que se rege pelo disposto na Lei n.º 20/11, de 20 de Maio, Lei do Investimento Privado e pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA 1.ª

(Natureza e objecto do Contrato)

1. O presente contrato tem natureza administrativa e regula o regime de investimento a realizar pelo Investidor tendo por Partes o Estado, representado pela ANIP e o Investidor.

2. Constitui objectivo do presente Contrato de investimento, a aquisição de uma participação social de 98% do capital social da sociedade de Direito Angolano «KALÇABEM — Comércio de Calçado, Limitada», cuja actividade principal é o comércio a grosso e a retalho de calçados e acessórios.

CLÁUSULA 2.ª

(Localização do Investimento, regime jurídico dos bens do Investidor)

1. O Investimento localizar-se-á na Província de Luanda, Zona de Desenvolvimento A, nos termos do artigo 35.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio.

2. O empreendimento, terá a sede na Província de Luanda, Viana, Rua Direita de Calumbo Via Zango, sem número, podendo abrir representações em qualquer parte do território Angolano de acordo com o previsto no estatuto da sociedade veículo do projecto de investimento ou seja da «KALÇABEM — Comércio de Calçado, Limitada».

3. Os bens de equipamentos adquiridos e introduzidos pelo Investidor, bem como a construção de instalações, para a execução do Projecto de Investimento estará sob o regime de propriedade privada e pertencem a sociedade veículo ou executora do Projecto.

CLÁUSULA 3.ª

(Sociedade vínculo do Projecto)

Para a implementação do Projecto de Investimento a sociedade veículo será a «KALÇABEM — Comércio de Calçado, Limitada».

CLÁUSULA 4.ª

(Prazo de vigência do Contrato)

O presente contrato entra em vigor na data da sua celebração e vigorará por tempo indeterminado.

CLÁUSULA 5.ª

(Condições de exploração e gestão do empreendimento)

A gestão do Projecto de Investimento, será efectuada pelo Investidor através da sociedade veículo do Projecto de Investimento, em estrita conformidade com as condições de autorização prevista neste Contrato.

CLÁUSULA 6.ª

(Objectivos a realizar pelo Projecto de Investimento)

Os objectivos a alcançar pelo Investidor no prazo contratual são:

- a) Induzir o crescimento da economia nacional;
- b) Desenvolvimento da rede de lojas em território Angolano, através da abertura de pontos de venda em território Angolano, criando postos de

trabalho e fornecendo formação profissional a todos os colaboradores, permitindo o seu desenvolvimento na área comercial, nomeadamente as técnicas de venda e atendimento ao público, formação na gestão de stocks, gestão de logística, técnicas de vendas;

- c) Propiciar o abastecimento eficaz do mercado interno.

CLÁUSULA 7.ª

(Montante e realização do Investimento)

1. O montante do investimento do Projecto a efectuar, ao abrigo do presente contrato, é de USD 1.000.000,00 (um milhão de dólares norte-americanos).

2. No quadro do desenvolvimento do projecto e das necessidades do mercado, o Investidor poderá, nos termos da legislação do investimento privado e cambial em vigor, solicitar autorização da ANIP para aumento do valor do investimento, com vista a realização com êxito das suas actividades e seu desenvolvimento, devendo aquela entidade proceder ao averbamento no CRIP — Certificado de Registo do Investimento Privado e devidas comunicações as entidades públicas interessadas.

CLÁUSULA 8.ª

(Operações de Investimento)

1. Para efeitos do presente contrato são operações de investimento externo, as constantes no artigo 12.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio, designadamente a introdução no território nacional de moeda livremente conversível, em conformidade com alínea a) do n.º 1 do citado artigo da lei.

2. Por razões tecnológicas ou de rentabilização do empreendimento, sem prejuízos dos objectivos definidos com o empreendimento, o Investidor poderá alterar os de bens de equipamentos do Projecto, sem que seja afectado o alcance do objectivo do presente Contrato.

CLÁUSULA 9.ª

(Formas de realização do Investimento)

Para efeitos do presente Contrato, o Projecto de Investimento será realizado através da transferência de fundos próprios do exterior no valor de USD 1.000.000,00 (um milhão de dólares norte-americanos), nos termos da alínea a) do artigo 13.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio.

CLÁUSULA 10.ª

(Forma de financiamento do Investimento)

O valor do Investimento do projecto será financiado através de fundos próprios do Investidor em USD 1.000.000,00 (um milhão de dólares norte-americanos).

CLÁUSULA 11.ª

(Programa de implementação e execução do Projecto)

1. O programa de implementação do Projecto, a partir da entrada em vigor, está previsto num período de pelo menos

12 (doze) meses, conforme Cronograma de Implementação e Execução do Projecto, que constitui Anexo I ao presente Contrato.

2. O período de implementação está condicionado a obtenção dos necessários instrumentos administrativos, nomeadamente a emissão e obtenção de correspondentes licenciamentos ou autorizações administrativas públicas que se repute necessários a sua concretização.

3. O Cronograma de Implementação e Execução do Projecto, pode ser alterado pelo Investidor, em razão de eventuais ocorrências e / ou omissão de qualquer facto estranho a vontade dos mesmos e que impeça a sua execução nos prazos e previstos, devendo à ANIP ser informada.

CLÁUSULA 12.ª

(Força de trabalho e plano de formação)

1. A implementação do projecto vai permitir a criação de 17 (dezassete) postos de trabalho directos, sendo 3 (três) para trabalhadores estrangeiros e 14 (catorze) para trabalhadores nacionais.

2. O recrutamento dos trabalhadores para o projecto estará em conformidade com o Decreto n.º 5/95, de 7 de Abril e demais legislação em vigor.

3. O Investidor deverá ministrar formação e treino aos trabalhadores nacionais, de modo a permitir a sua progressão profissional e o desempenho de cargos e funções progressivamente mais exigentes e de maior responsabilidade, prevendo-se um plano de formação que constitui Anexo II e plano de substituição de trabalhadores estrangeiros que constitui Anexo III, ao presente Contrato.

4. No desenvolvimento do projecto o Investidor irá cumprir com as obrigações inerentes à sua capacidade de empregador, constantes da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio e demais legislações em vigor.

CLÁUSULA 13.ª

(Impacto ambiental)

O Investidor obriga-se a implementar o projecto de investimento de acordo com a legislação ambiental em vigor que for aplicável, em particular no que diz respeito a:

- a) Salvarguardar um adequado tratamento, em matéria de ruídos, gases, fumos, poeiras, gestão de resíduos, e efluentes;
- b) Assegurar um adequado tratamento das águas residuais e dos resíduos sólidos;
- c) Participar ao Ministério do Ambiente, quaisquer ocorrências anómalas de natureza poluente ou com efeitos negativos sobre o ambiente.

CLÁUSULA 14.ª

(Impacto económico e social do Projecto)

O impacto económico e social do Projecto de Investimento deste contrato traduzem-se no seguinte:

a) Criação de 17 postos de trabalho, iniciado com 14 para trabalhadores nacionais, que no quadro de substituição de FTE por FTN evoluirá para 15 trabalhadores nacionais;

b) Contribuir para a formação bruta do capital (FBC) na ordem de USD 800.000,00, (oitocentos mil dólares americanos);

c) O Projecto vai contribuir para o crescimento do sector numa média anual de USD 895.361,26.

CLÁUSULA 15.ª

(Apoio Institucional do Estado)

As Instituições Públicas Angolanas, através da ANIP, de acordo com as suas competências e no alcance do interesse sócio económico do Projecto de Investimento, comprometem-se a apoiar o licenciamento da actividade a exercer pelo empreendimento, em conformidade com os procedimentos estabelecidos e em vigor.

CLÁUSULA 16.ª

(Mecanismos de acompanhamento do Projecto)

1. Para facilitar o acompanhamento da realização dos investimentos privados autorizados, o Investidor deve fornecer anualmente, à ANIP informações sobre a implementação e desenvolvimento do investimento, os lucros e os dividendos dos empreendimentos, preenchendo o formulário que para o efeito, enviado pela ANIP.

2. A ANIP pode socorrer-se dos órgãos competentes do Executivo em matéria de finanças para garantir o cumprimento desta disposição normativa.

3. Com base nas informações e dados recolhidos nos termos do número anterior e após o seu tratamento, a ANIP deve apresentar anualmente ao Titular do Poder Executivo um relatório descritivo completo sobre a situação do investimento privado em Angola.

CLÁUSULA 17.ª

(Infracções e sanções)

No âmbito deste Contrato de Investimento, sem prejuízo do disposto em outros diplomas em matérias do investimento privado constitui infracções e sanções, as previstas nos artigos, 83.º, 84.º, 85.º e 86.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio, Lei do Investimento Privado.

CLÁUSULA 18.ª

(Resolução de litígios)

1. Os eventuais diferendos que possam surgir entre as partes em matérias de aplicação, interpretação ou integração das disposições do presente contrato, ou de qualquer disposição legal, serão submetidos a arbitragem, de acordo com o estabelecido na Lei n.º 16/03, de 25 de Junho.

2. O Tribunal será composto por 3 (três) membros, um nomeado pela requerente, outros pela requerida e o terceiro

que desempenhará as funções de árbitro-presidente, escolhido de comum acordo, pelos árbitros que as requerentes a requerida tiverem designado.

3. O Tribunal considera-se constituído na data em que o terceiro árbitro aceitar a sua nomeação e comunicar a todas as Partes em disputa.

4. O tribunal arbitral funcionará em Luanda, Angola e decidirá segundo a Lei Angolana.

5. A arbitragem será conduzida em Língua Portuguesa.

6. Os acórdãos, ordem ou decisões do Tribunal Arbitral serão finais, vinculativas e irrecorrível que possam ter relativamente às decisões do Tribunal Arbitral e obrigam-se a cumprir prontamente com as mesmas nos exactos termos que forem decididos.

7. A decisão arbitral estabelecerá ainda quem deve suportar os custos da arbitragem e em que proporção.

CLÁUSULA 19.ª
(Força maior)

1. Será considerado caso de força maior, para efeitos do presente Contrato, toda e qualquer circunstância ou acontecimento irresistível que esteja fora do controlo razoável da parte por ela afectada, nomeadamente e sem carácter exaustivo, catástrofes naturais, tais como furações, inundações, incêndios, tremores de terra, ciclones, raios ou subversão, hostilidade ou invasão, sabotagem, distúrbios civis e greve ou paralisações ilegais.

2. A Parte afectada por um caso de Força Maior obriga-se a comunicar de imediato à outra Parte, bem como a indicar qual a duração previsível da situação de Força Maior e, se for o caso, as medidas que pretende por em prática a fim de remover ou minorar o impacto do referido evento.

3. Se, em virtude da sua duração prolongada, ou circunstância, a situação de Força Maior provar uma alteração do equilíbrio contratual inicial deste Contrato, dever-se-á proceder ao restabelecimento desse equilíbrio nos termos da cláusula seguinte.

CLÁUSULA 20.ª
(Termos da proporção e graduação percentual do repatriamento dos lucros e dividendos)

1. O projecto de investimento ficará sujeito à legislação cambial em vigor na República de Angola e às regras previstas na Lei do Investimento Privado.

2. De acordo com o disposto nos artigos 18.º, 19.º e 20.º da Lei do Investimento Privado e nas condições estabelecidas na autorização do BNA, conforme à legislação cambial aplicável, é garantido ao Investidor Externo o direito de transferir para o exterior:

a) Os dividendos ou lucros distribuídos ao Investidor Privado, depois de devidamente verificados e certificados os respectivos comprovativos do pagamento dos impostos devidos, tendo em conta o montante do capital investido e a sua correspondência com as respectivas participações no capital social da sociedade, na proporção da sua participação social (99%);

b) O produto da liquidação dos seus investimentos, incluindo as mais-valias, depois de pagos os impostos devidos;

c) Quaisquer importâncias que lhe sejam devidas, com dedução dos respectivos impostos, previstos em actos e contratos que, nos termos da Lei do Investimento Privado, constituam investimento privado.

3. O Investidor Privado terá, nos termos da alínea a) do n.º 1 da Lei do Investidor Privado, o direito de iniciar o repatriamento dos lucros depois de transcorridos 3 (três) anos a contar da data de implementação efectiva do Projecto de Investimento.

CLÁUSULA 21.ª
(Estabilidade do Contrato de Investimento)

1. O disposto no presente Contrato de Investimento foi estabelecido com base em determinadas circunstâncias económicas, técnicas e operacionais existentes em Angola à presente data. Caso ocorra uma alteração das referidas circunstâncias que provoque uma modificação do equilíbrio contratual existente, as Partes comprometem-se a tomar as medidas necessárias à pronta reposição do referido equilíbrio e a não tentar qualquer benefício ou vantagem desta situação.

2. As Partes poderão solicitar a revisão ou modificação dos termos do Contrato, em caso de verificar-se a alteração de circunstâncias referida no número anterior, ou a adopção de qualquer outra medida apropriada, com vista a reposição do equilíbrio contratual.

3. Qualquer alteração ao objectivo do Contrato resultante da modificação ao projecto de investimento e/ou a situação do Investidor será comunicada de acordo com o presente Contrato e demais legislação em vigor em Angola.

4. No caso de os bens objecto de Investimento Privado serem expropriados por motivos ponderosos e devidamente justificados de interesse público, o Estado assegura o pagamento de uma indemnização justa, pronto e efectiva, cujo montante é determinado de acordo com as regras de direito aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 16.º da Lei do Investimento Privado — Lei n.º 20/11, de 20 de Maio.

CLÁUSULA 22.^a
(Notificações e comunicações)

1. As notificações e comunicações entre as Partes no âmbito do presente Contrato só se consideram validamente realizadas se forem efectuadas por escrito, e entregues pessoalmente ou enviadas por correios, telecópia ou telex para os seguintes endereços:

a) Estado/ANIP:

Rua Cerqueira Lukoki, n.º 25, Edifício do
Ministério da Indústria, 9.º andar.

Luanda – Angola

Telefone: +244 232 956

Fax: +244 232 956

Atenção de: Maria Luísa Perdigão Abrantes.

b) Investidor

Viana, Rua Direita do Calumbo, Via Zango, sem
número;

Telefone: +244 948 996 966

E-mail: joaquim.correia@risi.pt

2. Qualquer alteração dos endereços acima indicados deverá ser prontamente comunicada por escrito às outras Partes.

CLÁUSULA 23.^a
(Número e exemplares do Contrato)

O presente celebrado em 3 (três) exemplares em língua portuguesa, com igual teor e efeito jurídico, sendo 1 (um) para a ANIP e 1 (um) para o Investidor e 1 (um) para a Imprensa Nacional.

CLÁUSULA 24.^a
(Boa-fé)

As Partes obrigam-se a actuar no âmbito do presente contrato de acordo com os ditames da boa-fé e a não exercer qualquer direito ou faculdade de modo abusivo ou injustificadamente oneroso para a outra Parte.

CLÁUSULA 25.^a
(Anexos ao Contrato)

São anexos ao presente Contrato de Investimento os seguintes:

a) Anexo I — Cronograma de Implementação execução do Projecto;

b) Anexo II — Plano de Formação da Mão-de-Obra Nacional;

c) Anexo III — Plano de substituição de Mão-de-Obra Estrangeira.

CLÁUSULA 26.^a
(Língua do Contrato)

O contrato é redigido em língua portuguesa.

Em fé do que, as Partes celebraram o presente Contrato em Luanda, aos 18 de Julho de 2014. — A Presidente do Conselho de Administração da ANIP, *Maria Luísa Perdigão Abrantes*.

Em representação do Investidor, *Diamantino Vieira dos Reis Silva*.

ANEXO I

Cronograma de Implementação e Execução do Projecto

Número/Ordem	Acções	Junho/ Julho 2014	Agosto/ Setembro 2014	Outubro/ Novembro 2014	Dezembro/ Janeiro 2015	Fevereiro/ Março 2015	Abril/ Maio 2015	Junho/ Julho 2015
1	Aprovação do Projecto pela ANIP							
2	Emissão da Licença pelo BNA							
3	Importação de Fundos							
4	Aquisição de Equipamento e Realização de Benfeitorias nas Instalações							
5	Início da Actividade							

ANEXO II
Plano de Formação da Mão-de-Obra NacionalPlano de Formação
Índice
I. Acções

Acção de Formação		1.º Semestre	2.º Semestre
a	Atendimento Comercial e Gestão de Reclamações	x	
b	Sistema de Avaliação de Desempenho e Satisfação de Colaboradores		x
c	Acolhimento — Regulamento Interno	x	
d	Optimização da Acção Comercial		x
e	Liderar e Animar a Força de Vendas		x
f	Aprovisionamento e Logística e Gestão de Stocks		x
g	Organização e Gestão de Compras	x	
h	Análise Financeira		x
i	Primeiros Socorros		x
j	Informática: Excel		x
k	Práticas Administrativas: Técnicas de Arquivo e Tratamento de Documentação	x	
l	Fiscalidade Angolana e Contabilidade		x
m	Legislação Laboral e Legislação de Higiene e Segurança no Trabalho	x	
n	Gestão de Importação e Exportação		x

Introdução

O Plano de Formação da empresa segue-se na preparação de um contrato de prestação de serviços que compreenda a formação profissional a todos os seus colaboradores, despertando o interesse e a motivação dos seus participantes, nas suas áreas de trabalho, bem como, o incentivo à melhoria das suas técnicas e métodos.

O objectivo geral deste Plano de Formação é o de desencadear acções vocacionadas para a gestão dinâmica do conhecimento, nomeadamente nas seguintes áreas: Gestão Comercial, Gestão de Logística, Gestão Administrativa, Gestão Administrativa e Financeira e Gestão de Recursos Humanos.

Durante e após as acções de formação será efectuado o acompanhamento de forma a garantir a eficácia da acção, garantindo desta forma que toda a informação obtida está a ser correctamente assimilada e aplicada. Desta forma será indispensável a geração interna de procedimentos na organização e na rede de lojas de forma a poder integrar todas as funções dos colaboradores para interagirem em harmonia e em pleno funcionamento.

Em fé do que, as Partes celebraram o presente Contrato em Luanda, aos 18 de Julho de 2014. — A Presidente do Conselho de Administração da ANIP, *Maria Luísa Perdigão Abrantes*.
Em representação do Investidor, *Diamantino Vieira dos Reis Silva*.



PLANO DE FORMAÇÃO

CURSOS

Curso/Ação

1.a – Atendimento Comercial e Gestão de Reclamações

Objectivos

- Transmitir / Reforçar competências de atendimento, acolhimento, comunicação e orientação de clientes de forma garantir a satisfação e fidelização dos mesmos.
- Proporcionar um atendimento que permita tornar os clientes nos principais promotores de venda dos produtos.

Destinatários

- Todos os Colaboradores que na sua função interagem directamente no relacionamento e/ou atendimento a clientes.

Programa da Acção

- Na actualidade: O cliente, o mercado, a empresa e a equipa;
- Atendimento Comercial nas suas Fases de Venda: contactar, conhecer, conversar, concluir, consolidar.
- Insucesso na venda: Saber lidar com insucesso de venda e identificar causas do mesmo;
- Métodos de Gestão de Reclamação

Calendarização

Primeiros seis meses

Avaliação da Eficácia da Formação

- Periodicidade.

Após 3 meses

- Ferramentas previstas para avaliar a eficácia da formação

Através de Questionário de Avaliação e de Observação directa

Curso/Ação

1.b – Sistema de Avaliação de Desempenho e Satisfação de Colaboradores

Objectivos

- Informar e Formar acerca dos principais benefícios e dos procedimentos do sistema de avaliação de desempenho, bem como técnicas e mecanismos para a condução eficaz de uma entrevista de avaliação de desempenho e da satisfação de colaboradores.



PLANO DE FORMAÇÃO

Destinatários

Todos os colaboradores que tenham subordinados, nomeadamente supervisores de lojas e directores.

Programa da acção

- Apresentação de um sistema de Avaliação de Desempenho e possíveis procedimentos;
- Apresentação de um sistema de Satisfação de colaboradores e possíveis procedimentos

Calendarização

Segundos seis meses

Avaliação da Eficácia da Formação

o Periodicidade

Após 4 meses

o Ferramentas previstas para avaliar a eficácia da formação

Questionário de Avaliação de Conhecimento

Curso/Ação

1.c – Acolhimento – Regulamento Interno

Objectivos

- Dar a conhecer o Regulamento de funcionamento do estabelecimento através do Manual de boa conduta dos colaboradores.

Destinatários

- Todos os Colaboradores que sejam admitidos na empresa.

Programa da Acção

- Regras obrigatórias dos colaboradores;
- Regras para o regular funcionamento da loja: Entrada de artigo, marcação de artigo, exposição, manutenção, procedimento de devoluções, conhecimentos básicos de atendimento de clientes, Encomendas;
- Limpeza do estabelecimento;
- Indumentária.

Calendarização

Na primeira semana de trabalho



PLANO DE FORMAÇÃO

Avaliação da Eficácia da Formação

○ Periodicidade

Após 3 Meses

○ Ferramentas previstas para avaliar a eficácia da formação

Observação Directa

Curso/Ação

1.d – Optimização da acção Comercial

Objectivos

- Reforçar competências de organização comercial e gestão de clientes.

Destinatários

- Todos os Colaboradores com funções comerciais na empresa

Programa da Acção

- Factores de optimização do tempo dos comerciais;
- O impacto do planeamento nos resultados;
- A segmentação da carteira;
- O planeamento das visitas;
- A preparação das visitas;
- A definição de objectivos;
- A definição do potencial do cliente;
- Ferramentas de prosperação.

Calendarização

Segundos seis meses

Avaliação da Eficácia da Formação

○ Periodicidade

Após 4 Meses

○ Ferramentas previstas para avaliar a eficácia da formação

A Avaliação Poderá ser Efectuada Através de análise de vendas e de parcerias efectuadas.



PLANO DE FORMAÇÃO

Curso/Ação

1.e – Liderar e Animar a Força de Vendas

Objectivos

- Os formandos no fim desta acção ficarão a saber planejar, organizar, animar e motivar as equipas enfrentando a mudança com atitude de liderança.

Destinatários

- Chefes de Loja, supervisores e directores.

Programa da Acção

- Liderar – conceitos e exemplos;
- Comportamentos dos líderes e estilos de liderança;
- Motivar equipas e desenvolver pessoas.

Calendarização

Segundos seis meses

Avaliação da Eficácia da Formação

o Periodicidade

Após 6 meses

o Ferramentas previstas para avaliar a eficácia da formação

Observação directa e através de questionário às equipas.

Curso/Ação

1.f – Aprovisionamento e Logística e Gestão de Stocks

Objectivos

- Oferecer uma maior rentabilidade de forma integrada às cadeias de abastecimento em que atuam. Aquisição de conhecimentos técnicos abrangentes necessários para relacionar e integrar as várias áreas da logística e distribuição conseguindo aumentar as suas capacidades de análise e de gestão.

Destinatários

- Fieis de Armazém, coordenador de compras



PLANO DE FORMAÇÃO

Programa da Acção

- Aprovisionamento e Logística: As funções Aprovisionamento e Logística;
- A gestão física, administrativa e económica de stocks;
- O planeamento de necessidades e a gestão das compras;
- As compras e a qualificação de fornecedores;
- As novas relações Cliente/Fornecedor; Avaliação de desempenho e classificação de fornecedores;
- O Aprovisionamento e a Gestão pela Qualidade Total.

Calendarização

Segundos seis meses

Avaliação da Eficácia da Formação

o Periodicidade

Após 6 meses

o Ferramentas previstas para avaliar a eficácia da formação

Observação directa e análise de gestão de stocks

Curso/Acção

1.g – Organização e Gestão de Compras

Objectivos

- Optimizar o Modelo Rentabilidade Liquidez da função Compras e o respectivo Impacto nos Resultados da Empresa.
- Definir Critérios e Métodos de Avaliação de Fornecedores e Identificar os principais Sistemas de Fornecimento.
- Optimizar a Relação Cliente Fornecedor, através do estabelecimento do Benefício Mútuo

Destinatários

- Directores de Compras, Directores de Logística e Aprovisionamento, Gestores e Responsáveis pela Organização de Compras na Empresa, Responsáveis de Compras e Logística e Compradores.

Programa da Acção

- A Gestão de Compras como Motor de Crescimento nas Organizações;
- Estratégia de Compras;
- Gestão de Fornecedores: Factor – Chave na Criação de Valor da Função Compras;
- Negociação: Competência no Processo de Compra.

Calendarização

Primeiros seis meses



PLANO DE FORMAÇÃO

Avaliação da Eficácia da Formação

Periodicidade

Após 6 meses

Ferramentas previstas para avaliar a eficácia da formação

Observação directa e análise de gestão de stocks

Curso/Ação

1.h – Análise Financeira

Objectivos

- Dotar os participantes de métodos e técnicas que lhes permitam realizar uma análise financeira da organização.

Destinatários

- Gestores da área financeira, com responsabilidade na rentabilidade e crescimento das empresas e com intervenção nas decisões de financiamento.

Programa da Acção

- Função financeira e análise financeira;
- Metodologia da análise financeira;
- O balanço e a demonstração de resultados;
- Balanço patrimonial e balanço funcional;
- Rátios mais importantes;
- O Risco e a análise financeira;
- Indicadores simples para análise do risco;
- Indicadores de Risco do Capital Alheio;
- Técnicas de análise do risco baseadas no mercado;
- Análise da rentabilidade e crescimento;
- Mapa de Origens e Aplicações de Fundos;
- O mapa de fluxos;
- Análise financeira e valor;
- O controlo do desempenho com base na criação de valor.

Calendarização

Segundos seis meses

Avaliação da Eficácia da Formação

Periodicidade

Após 12 meses



PLANO DE FORMAÇÃO

- Ferramentas previstas para avaliar a eficácia da formação

Através do Relatório de Contas

Curso/Ação

1.1 – Primeiros Socorros

Objectivos

- Aquisição de informação e formação de como agir enquanto socorristas podendo ajudando a SALVAR vidas.

Destinatários

- Todos os colaboradores.

Programa da Acção

- Noções básicas de Primeiros Socorros;
- Sistema Integrado de Emergência;
 - Primeiros socorros: Crise Convulsiva, Crise asmática, Diabetes, Hiperglicemia, Hipoglicemia, Desmaio, Lipotimia, Electrocussão, Intoxicação, Via Digestiva, Via Respiratória, Via Cutânea, Via Ocular, Entorse, Estado d Choque, Estrangulamento, Hemorragias, Mordeduras, Queimaduras.

Calendarização

Segundos seis meses

Avaliação da Eficácia da Formação

- Periodicidade

Aquando um sinistro

- Ferramentas previstas para avaliar a eficácia da formação

Através de relatório de ocorrência de sinistro

Curso/Ação

1.J – Informática: Excel

Objectivos

- No fim da acção os formandos serão capazes de manipular documentos Excel, quer em termos de dados quer em termos de formatações, criar fórmulas e utilizar funções Excel, utilizar referências entre células e folhas, manipular folhas e conjuntos de células, linhas e colunas, criar e formatar gráficos, personalizar impressões e imprimir.



PLANO DE FORMAÇÃO

Destinatários

- Qualquer utilizador que necessite de utilizar uma ferramenta de folha de cálculo.

Programa da Acção

- Conceitos básicos:** Apresentação e configuração da interface do Excel, Estrutura da folha de cálculo - livro, folha e célula, Conceito de endereço;
- Planeamento de Formação Microsoft Excel:** Manipulação de ficheiros, Conceito de tipos de conteúdos das células;
- Manipulação de Dados:** Manipulação simples de dados e células, Manipulação de folhas, Formatação do nome das folhas e da cor, Esconder e mostrar linhas e colunas, Esconder e mostrar folhas, Navegação entre folhas e livros;
- Formatação:** Tipo de conteúdo da célula, Alinhamento do texto, Tipos de letra e estilos Limites, Preenchimento, Formatações automáticas, Manipulação de linhas e colunas;
- Fórmulas e Funções:** Conceito de fórmula, Construção de fórmulas, Conceito de função, Conceito de referência, Utilização de referências, Fórmulas com células entre folhas;
- Construção de Gráficos:** Criação de gráficos na folha dos dados ou numa nova folha, Tipos de gráficos, Formatação de gráficos.
- Impressão:** Configuração da Impressão, Pré-visualização, Cabeçalho e Rodap.

Calendarização

Segundos seis meses

Avaliação da Eficácia da Formação

- Periodicidade**
Após 5 meses
- Ferramentas previstas para avaliar a eficácia da formação**
Através de avaliação de Desempenho

Curso/Acção

1.k – Práticas Administrativas: Técnicas de Arquivo e Tratamento de Documentação

Objectivos

- Informar e Formar quanto ao organizar e gerir arquivo de forma eficaz de acordo com as modernas técnicas de tratamento da documentação/ Informação

Destinatários

- Colaboradores com funções administrativas



PLANO DE FORMAÇÃO

Programa da Acção

- Gestão Documental;
- Correspondência / Classificação / Caracterização;
- Organização e Administração do arquivo;
- Técnicas Modernas ao Serviço do Arquivo;
- Centros de Documentação e Similares.

Calendarização

Primeiros seis meses ,

Avaliação da Eficácia da Formação

o Periodicidade

Após 12 meses

o Ferramentas previstas para avaliar a eficácia da formação

Inquérito de satisfação a colaborador

Curso/Acção

1.k – Fiscalidade Angolana e Contabilidade

Objectivos

- Aquisição de conhecimentos técnicos sobre Fiscalidade do sistema Fiscal Angolano

Destinatários

- Colaboradores com funções na área financeira e/ou administrativa

Programa da Acção

- **Introdução à Fiscalidade;**
- **Direito Fiscal:** Direito fiscal, Técnica fiscal e Política fiscal, Enquadramento do Direito fiscal e suas relações com os outros ramos de Direito, A fiscalidade e a Constituição, A interpretação e a aplicação;
- **Definição de Imposto:** Noção do imposto e a diferenciação de figuras afins, Sujeitos da obrigação do imposto, Classificações diversas dos impostos e respectivos significados, impostos angolanos;
- **Sistema Fiscal Angolano e Contencioso Tributário.**

Calendarização

Segundos seis meses



PLANO DE FORMAÇÃO

Avaliação da Eficácia da Formação

Periodicidade

Após 12 meses

Ferramentas previstas para avaliar a eficácia da formação

Através de Avaliação de Desempenho e Avaliação de satisfação da acção

Curso/Acção

1.m - Legislação Laboral e Legislação de Higiene e Segurança no Trabalho

Objectivos

- Dotar os formandos dos conhecimentos relativos à legislação laboral, aplicável às mais variadas situações decorrentes da Gestão de Recursos Humanos e da Higiene e Segurança no Trabalho.

Destinatários

- Colaboradores com funções na área de Recursos Humanos e na área de Higiene e Segurança

Programa da Acção

- Enquadramento Geral à legislação laboral;
- Estrutura do código de trabalho e legislação laboral complementar;
- Análise das fontes do direito;
- O Contrato de Trabalho e suas modalidades;
- Direitos e deveres das partes;
- O regime jurídico da duração de trabalho;
- Regime das férias, feriados e faltas;
- O Poder disciplinar e acção disciplinar;
- A cessação dos contractos de trabalho: modalidades e efeitos (actualização)
- Conceitos básicos de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho;
- Riscos Gerais e a Sua Prevenção;
- Legislação quanto a Riscos Específicos e a Sua Prevenção no Respectivo Sector de Actividade da Empresa

Calendarização

Primeiros seis meses

Avaliação da Eficácia da Formação

Periodicidade

Após 12 meses



PLANO DE FORMAÇÃO

- Ferramentas previstas para avaliar a eficácia da formação

Através de Avaliação de Desempenho e Avaliação de satisfação da acção

Curso/Acção

1.n - Gestão de Importação e Exportação, Operações alfandegárias

Objectivos

- Compreender os principais mecanismos de funcionamento das operações de Gestão de Importação e Exportação e a saber operacionalizar num contexto real de trabalho;
- Compreender as actividades aduaneiras em geral e conhecer o código aduaneiro.

Destinatários

- Colaboradores com funções na área exportação

Programa da Acção

- Exportação – Procedimentos de Despacho;
- Importação - Pagamentos Internacionais;
- Incoterms (International Commercial Terms);
- Logística Internacional em Gestão de Importação e Exportação;
- Sistemas alfandegários: Mercadorias e Classificação Pautal, Pauta Aduaneira, (DU) DU ou SAEDU, Combate à contrafacção ou Pirataria;
- Termos utilizados no comércio Internacional, em transitários e meios alfandegários e aduaneiros.

Calendarização

Segundos seis meses

Avaliação da Eficácia da Formação

- Periodicidade

Após 12 meses

- Ferramentas previstas para avaliar a eficácia da formação

Através de Avaliação de satisfação da acção

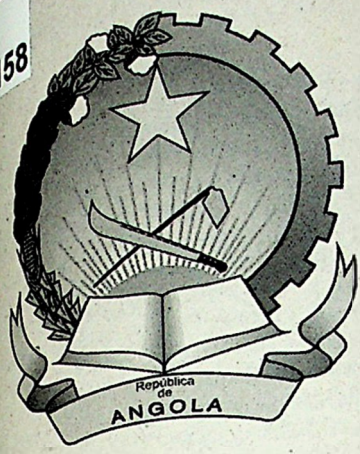


PLANO DE FORMAÇÃO

Plano Anual

Acção de Formação	1º Semestre	2º Semestre
a. Atendimento Comercial e Gestão de Reclamações	X	
b. Sistema de Avaliação de Desempenho e Satisfação de Colaboradores		X
c. Acolhimento – Regulamento Interno	X	
d. Optimização da acção Comercial		X
e. Liderar e Animar a Força de Vendas		X
f. Aprovisionamento e Logística e Gestão de Stocks		X
g. Organização e Gestão de Compras	X	
h. Análise Financeira		X
i. Primeiros Socorros		X
j. Informática: Excel		X
k. Práticas Administrativas: Técnicas de Arquivo e Tratamento de Documentação	X	
l. Fiscalidade Angolana e Contabilidade		X
m. Legislação Laboral e Legislação de Higiene e Segurança no Trabalho	X	
n. Gestão de Importação e Exportação		X

58



Quinta-feira, 30 de Outubro de 2014

II Série – N.º 117

DIÁRIO DA REPÚBLICA

ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA

Preço deste número - Kz: 310,00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncio e assinaturas do «Diário da República», deve ser dirigida à Imprensa Nacional - E.P., em Luanda, Rua Henrique de Carvalho n.º 2, Cidade Alta, Caixa Postal 1306, www.impresnacional.gov.ao - End. teleg.: «Imprensa».	ASSINATURA		O preço de cada linha publicada nos Diários da República 1.ª e 2.ª série é de Kz: 75.00 e para a 3.ª série Kz: 95.00, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a publicação da 3.ª série de depósito prévio a efectuar na tesouraria da Imprensa Nacional - E. P.
		Ano	
	As três séries Kz: 470 615.00	
	A 1.ª série Kz: 277 900.00	
	A 2.ª série Kz: 145 500.00	
	A 3.ª série Kz: 115 470.00	

IMPRENSA NACIONAL - E. P.
Rua Henrique de Carvalho n.º 2
e-mail: impresnacional@impresnacional.gov.ao
Caixa Postal N.º 1306

CIRCULAR

Excelentíssimos Senhores,

Temos a honra de convidá-los a visitar a página da *internet* no *site* www.impresnacional.gov.ao, onde poderá *online* ter acesso, entre outras informações, aos sumários dos conteúdos do *Diário da República* nas três Séries.

Havendo necessidade de se evitarem os inconvenientes que resultam para os nossos serviços do facto de as respectivas assinaturas no *Diário da República* não serem feitas com a devida oportunidade;

Para que não haja interrupção no fornecimento do *Diário da República* aos estimados clientes, temos a honra de informá-los que até 15 de Dezembro de 2014 estarão abertas as respectivas assinaturas para o ano 2015, pelo que deverão providenciar a regularização dos seus pagamentos junto dos nossos serviços.

1. Enquanto não for ajustada a nova tabela de preços a cobrar pelas assinaturas para o fornecimento do *Diário da República* para o ano de 2015, passam, a título provisório, a ser cobrados os preços em vigor, acrescidos do Imposto de Consumo de 2% (dois por cento):

As 3 séries	Kz: 470 615,00
1.ª série	Kz: 277 900,00
2.ª série	Kz: 145 500,00
3.ª série	Kz: 115 470,00

2. Tão logo seja publicado o preço definitivo os assinantes terão o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para liquidar a diferença apurada, visando assegurar a continuidade do fornecimento durante o período em referência.

3. As assinaturas serão feitas apenas em regime anual.

4. Aos preços mencionados no n.º 1 acrescer-se-á um valor adicional para portes de correio por via normal das três séries, para todo o ano, no valor de Kz: 95.975,00 que poderá sofrer eventuais alterações em função da flutuação das taxas a praticar pela Empresa Nacional de Correios de Angola - E.P. no ano de 2015.

5. Os clientes que optarem pela recepção dos *Diários da República* através do correio deverão indicar o seu endereço completo, incluindo a Caixa Postal, a fim de se evitarem atrasos na sua entrega, devolução ou extravio.

Observações:

- a) Estes preços poderão ser alterados se houver uma desvalorização da moeda nacional, numa proporção superior à base que determinou o seu cálculo ou outros factores que afectem consideravelmente a nossa estrutura de custos;
- b) As assinaturas que forem feitas depois de 15 de Dezembro de 2014 sofrerão um acréscimo aos preços em vigor de uma taxa correspondente a 15%.

SUMÁRIO

Governo Provincial de Luanda

Despacho n.º 4111/14:
Desvincula Pascoal Vicente, Director do Ensino Primário, da Direcção Provincial da Educação de Luanda, para efeitos de reforma.

Despacho n.º 4112/14:
Nomeia Iracema Cunha da Piedade, Irene Engrácia Moniz dos Santos, Irlanda Mandriz João, Isabel Bartolomeu Agostinho, Isabel Judith Costa Longueza, Isabel Quivungo Camassá, Ivone Catarina Afonso, Ivone Inácio Gaspar, Jacinto Andrade Issenguele, Jaime António Dembo Congo, Jaime Chicula Francisco, Jandira Floreta João Rodrigues, Joana da Conceição Pereira, Joana das Dores de Menezes Francisco, Joana de Carvalho Barros, Joana Elisa Teixeira António, Joana Francisco Nhangá, Joana José da Costa, Joana Luís de Jesus Pedro, João António Capata, João Teca Nito, João António Correia, João António Fernandes, João Armando Domingos Songue, João Bolwele, João Carlos José de Azevedo, João de Araújo Lopes

ANEXO III

Mapa de Plano de Substituição de Mão-de-Obra Estrangeira

Categorias	Ano — 1		Ano — 2		Ano — 3		Ano — 4		Ano — 5
	Nac.	Exp.	Nac.	Exp.	Nac.	Exp.	Nac.	Exp.	
Profissionais									
Direcção	0	1	0	1	0	1	0	1	0
Técnicos Superiores	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Técnicos Médios	1	0	1	0	1	0	1	0	1
Administrativos	2	0	2	0	2	0	2	0	1
Operários Especializados	1	1	1	1	1	0	1	0	2
Operários não Especializados	12	0	12	0	13	0	13	0	4
Sub-Total	17	3	17	3	18	2	18	2	10
Total Geral	20		20		20		20		20

Em fé do que, as Partes celebraram o presente Contrato em Luanda, aos 18 de Julho de 2014. — A Presidente do Conselho de Administração da ANIP, *Maria Luísa Perdigão Abrantes*.

Em representação do Investidor, *Diamantino Vieira dos Reis Silva*.